

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO****1. DO OBJETO****1.1 Aquisição de Microcomputador (DESKTOP).**

1.4	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Defesa Civil
1.5	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93; Decreto federal 10024/19 e Decreto municipal 599/20
1.6	<b>Período:</b>	Imediato;
1.7	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**2. DA AQUISIÇÃO.**

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	<p>Microcomputador (DESKTOP) <b>Processador:</b> Deve atingir índice de, no mínimo, 11.500 pontos para o desempenho, ou superior; .Mínimo obrigatório.Tendo como referência a base de dados do site <a href="http://www.cpubenchmark.net/cpulist.php">http://www.cpubenchmark.net/cpulist.php</a>;..Mínimo de 6 (seis) núcleos físicos;..13MB (treze) megabytes de cache;..Velocidade de clock de 3 GHz;..Arquitetura de 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE3; ..Integrante da geração mais recente produzida pelo fabricante; ..Não serão aceitos processadores descontinuados pelos fabricantes dos processadores..</p> <p><b>Memória Principal:</b>..Deve ter instalados, no mínimo, 32 GB (trinta e dois) gigabytes de memória RAM em Quad Channel ou Dual Channel, tipo DDR4 SDRAM a 2400 MHz (dois mil e quatrocentos mega-hertz) ou superior, sempre compatível com o restante do sistema, ser compatível com ECC (Error Correcting Code)..Mínimo obrigatório.Expansível no mínimo 64 GB (sessenta e quatro) gigabytes;.</p> <p><b>BIOS:</b>..Deverá exibir a logomarca do fabricante do equipamento;..Mínimo obrigatório .Deverá ser desenvolvida em português ou inglês, compatível com o padrão UEFI; ..Possibilitar que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via SETUP; ..Permitir senhas de Setup para Power On e Administrador...Sistema Básico de Entrada e Saída - BIOS..Tipo Flash Memory utilizando memória não volátil e programável;..Suporte a:..Gerenciamento no padrão DASH 1.0 ou iAMT 9.0 ou superiores;..ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) e SMBIOS (System Management BIOS);..Tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de</p>	Conjunto	02

<p>disco rígido S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) habilitada;..Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio e número de série). Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e constantes no CD-ROM/DVD-ROM de drivers e aplicativos que deverá vir junto com o equipamento e também disponibilizados para download no sítio do fabricante..</p> <p><b>Placa mãe:</b>..De fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado, não sendo aceitas placas utilizadas em livre comércio;..Mínimo obrigatório.Possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB, sendo pelo menos 3 (três) padrão USB 3.0 ou superior. ..Sendo que 1 (uma) porta das USB 3.0 deverá ser do Tipo C da geração 2 ou superior;..Não será permitida a utilização de hubs ou adaptadores PCI para disponibilização das portas USB solicitadas;..Possuir no mínimo, PCI..Possuir, no mínimo, 1 (um) slot PCI Express x1 Gen 2;..Possuir, no mínimo, 1 (um) slot PCI Express x4 Gen 2;..Possuir, no mínimo, 2 (dois) slots PCI Express x16 Gen 3;..1 (uma) controladora de discos SATA 3 superior de 6Gbp/s com suporte a RAID 0, 1 e 5, compatível com os demais periféricos especificados para o equipamento;..Suporte para instalação de discos SSD (Solid State Drive), SAS e SATA;. .Módulo TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 ou superior, ou dispositivo equivalente, acompanhado de drivers e software para implementação e gerenciamento. O Chip deverá ser soldado à placa, não sendo permitido dispositivo adicional removível ou solução baseada unicamente em software..</p> <p><b>Armazenamento:</b>..O equipamento deve ser entregue com, no mínimo, 2 discos, sendo:..Mínimo obrigatório.1 (Um) disco de tecnologia SATA de 7.200 RPM ou SAS de 3,5 polegadas de 15.000 rpm, com capacidade mínima de 2 TB (dois terabyte);..1 (Uma) unidade de drive de estado sólido (SSD) instalada, interna, de no mínimo 240 GB, com interface tipo PCIe 3.0 ou SATA-3 (ou superior), com velocidade nominal de transferência de 06 (seis) Gbp/s;..Deve ser entregue ainda com 01 (uma) unidade de leitor-gravador/DVD;..Deve ter leitor de cartão de mídia SD..</p> <p><b>Placa de rede cabeada:</b>..Controladora de Rede integrada à placa mãe, com velocidade de 10/100/1000 Mb/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex, plug-and-play, configurável totalmente por software, com conector padrão RJ-45 e função wake-on-lan em funcionamento e suporte a múltiplas VLANs (802.1q e 802.1x);..Mínimo obrigatório</p> <p><b>Controladora de vídeo:</b>..Placa Gráfica Off-Board, homologada pelo fabricante, comprovada por meio de declaração do fabricante;..Mínimo obrigatório.Ter capacidade mínima de 4 GB (quatro gigabytes) de memória GDDR5 ou superior, dedicada, e possuir:..Interface de no mínimo 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits;..Interface controladora de vídeo compatível com WXGA padrão PCI Express 16X ou superior, com capacidade para controlar 02 (dois) monitores simultaneamente:..01 (uma) interface DisplayPort;..01 (uma) interface tipo DVI;..Deve possuir compatibilidade com a tecnologia DirectX 11 ou</p>		
--	--	--

	<p>superior;..Se as portas digitais forem do tipo Displayport, os adaptadores para os monitores deverão ser entregues com o equipamento;.</p> <p><b>Controladora de áudio:</b>..Controladora de som com conectores de saída e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete;..Mínimo obrigatório</p> <p><b>Gabinete:</b>..Conectores para saída de som e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete;..Mínimo obrigatório .Sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O fluxo do ar interno deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador;..Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original;..Não serão aceitos parafusos recartilhados, nem com adaptadores em substituição ao parafuso previsto para o gabinete;..Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;..O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o kit de segurança do tipo alça ou parafuso, para inserção da trava de segurança, do tipo kensington, sem adaptações;.. Deve ser fornecido do alto falante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema. O mesmo deverá estar conectado diretamente a placa mãe, sem uso de adaptadores;..Não serão aceitas caixas de som externas ou adaptações internas;..Possuir, no mínimo:..01 (uma) baia externa de 5,25";..02 (duas) baias internas de 3,5";..Suporte para instalação de 3 (três) discos rígidos...No mínimo 02 (duas) portas USB 3.0 instalados na parte frontal do gabinete;..Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/- 10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, discos, memórias e demais periféricos) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência igual ou superior a 85% (PFC 80+);..O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site <a href="http://www.80plus.com">www.80plus.com</a> na categoria Silver ou superior. Poderão ser fornecidos atestados ou certidões que comprovem que o equipamento é aderente ao padrão de eficiência energética, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO;..Deve ser aderente à Portaria 170/2012 do INMETRO e possuir baixo nível de ruído conforme ISO 9296 ou equivalente;.</p> <p><b>Monitor:</b>..Entregar 1 (um) monitor por workstation:..Mínimo obrigatório.Com tela 100% plana do tipo LED;..Tamanho mínimo de 23";..Proporção 16:9;..Brilho de 250 cd/m2;..Relação de contraste estático de 1.000:1;..16,2 Milhões de cores;..Resolução mínima de 1920x1080 pixels;..Conectores de Entrada: 02 (duas) entradas, sendo 01 (uma) entrada DVI ou superior e 01 (uma) entrada DisplayPort ;..Deve ser entregue</p>		
--	---	--	--

	<p>com adaptador para saída Displayport;..Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;..Regulagem de inclinação e altura, sendo permitida a adaptação;..Função pivot, sendo permitida a adaptação;..Possuir um conector de encaixe para o kit de segurança do tipo kensington sem adaptações;..Tratamento anti-reflexivo. Não sendo aceita a solução glare (brilhante ou polida) ou adesivos anti-reflexivos;..Fonte de Alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático;..Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros);..Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136..Deve ser fornecido cabo de conexão à rede elétrica com plugue conforme o padrão NBR-14136;..Garantia de 12 (doze) meses;.</p> <p><b>Mouse:</b>..Cor preta;..Mínimo obrigatório. Óptico, com botões, esquerdo, direito e central próprio para rolagem; .</p> <p>..Formato ergonômico e conformação ambidestra; ..Resolução mínima de 800 (oitocentos) dpi ou superior;.</p> <p>..Conector tipo USB, sem o uso de adaptador PS2;..Deve ser fornecido mouse-pad; ..Compatibilidade: Windows 10 Pro 64 bits;..Garantia de 12 (doze) meses.</p> <p><b>Teclado:</b>..Padrão ABNT-2 e conector tipo USB, sem o uso de adaptador PS2; .Mínimo obrigatório.Teclados: Padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Com regulagem de altura e inclinação do teclado;..Design resistente a derramamentos acidentais;..Compatibilidade: Windows 10 Pro 64bits; . . Garantia 12 (doze) meses..</p> <p><b>Sistema Operacional:</b>..Acompanhar licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro 64 bits, em português do Brasil (PTBR); O sistema operacional deve estar pré-instalado, bem como, todos os drivers de dispositivos internos, necessários para seu funcionamento; O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, para o microcomputador ofertado, na versão mais atual para download..Mínimo obrigatório</p> <p><b>Garantia:</b>..Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, com atendimento no local (on-site); O Fabricante ou a Contratada deve possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00h; O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados; Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos; Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão realizados onde se encontram (on-site), e concluídos em, no máximo, até 03 (três) dias úteis da abertura do chamado; O atendimento será em</p>		
--	---	--	--

	regime de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00h; Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos; Durante o período de garantia, a assistência técnica deverá ser prestada, exclusivamente pelo fabricante dos equipamentos ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta no ato da homologação; No caso de o licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração/certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada..Mínimo obrigatório		
--	---	--	--

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1 JUSTIFICATIVA

3.1.1 A Secretaria Municipal de Defesa Civil de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisição de materiais que contribuem com o atendimento das demandas *de vistoria, fiscalização, projetos e prevenção* ;

3.1.2 A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Setor de projetos, no que concerne a regular atendimento a população em *demandas de prevenção* e a reparação dos danos causados e contenção daqueles próximos de ocorrerem na infraestrutura urbana, oriundos de eventos fortuitos que venham afetar o bem estar da população no todo ou em parte e, também, as medidas que venham a aliviar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido e/ou evitar e minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer ;

3.1.3 Aquisição de microcomputador desktop, para Sala de Monitoramento de Alerta e Alarme, para o setor de Gerenciamento de Projetos da Defesa Civil, e do Setor de engenharia, bem como auxiliar nos demais procedimentos, visando produzir as *condições necessárias para o cumprimento das diversas atribuições dos engenheiros, geólogo e técnicos de defesa civil, portanto, se faz necessário a aquisição dos equipamentos*, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento dos setores.

3.1.4 Aquisição de microcomputador desktop, pela Secretaria Municipal de Defesa Civil, visa viabilizar a execução das seguintes atividades:

- Monitoramento de Alerta e Alarme, monitoramento meteorológico e o monitoramento da rede de sensores de umidade geotécnicos a serem instalados em nosso município pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres (CEMADEN);

- Acionamento das trinta e seis sirenes de alerta e alarme do município, de acordo com os protocolos preconizados pelo Projeto **GIDES, CENAD, CEMADEN-RJ, CEMADEN e a Secretaria Nacional de Defesa Civil.**
- Recebimento de alerta e alarme pelos diversos órgãos de meteorologia e envio de alarme à população municipal, sobremaneira daquela residente em áreas de risco geohidrológico;
- Envio de mensagens SMS por meio da Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP), pertencente ao Ministério de Desenvolvimento Regional, gerenciado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil;
- No Setor de Gerenciamento de Projetos, necessitamos que a máquina tenha capacidade para rodar o programa de desenho AUTO CAD, para leitura de projetos gráficos de arquitetura e engenharia e que possuam boa resolução de imagem;
- **O Setor de Monitoramento de Alerta e Alarme, assim como o setor de Gerenciamento de Projetos** integram o grupo de trabalho, formado pelo **Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Defesa Civil Nacional, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Secretaria de Obras do Estado do Rio e PMNF, no Projeto Sabo, que tem por objetivo, projetar e construir a primeira Barreira Sabo no Brasil, na área piloto da encosta do Hospital São Lucas no Bairro de Duas Pedras, Nova Friburgo – RJ.** Trabalhamos com muitos projetos gráficos, mapas e imagens, além das reuniões virtuais, realizadas com técnicos no Brasil e no Japão.

3.1.5 As estimativas e especificações correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados, pelo Geólogo, lotado nesta secretaria, pelo Coordenador de engenharia, junto aos técnicos de Defesa Civil, com a cooperação da subsecretaria de Tecnologia da Informação, conforme quantitativos de servidores aptos a operarem o sistema, desta Secretaria Municipal de Defesa Civil, que operarão os citados materiais.

3.1.6 A Secretaria de Defesa Civil através do seu setor de engenharia necessita dos materiais, para sustentar o adequado funcionamento desta secretaria, bem como evitar os danos físicos e/ou materiais que tenham ocorrido e/ou evitar e minimizar os efeitos daqueles que estejam próximos de ocorrer.

3.2 A Defesa Civil do Município tem como missão preservar vidas e proteger o patrimônio público e privado. Para alcançar esse objetivo é preciso desencadear um conjunto de medidas necessárias à prevenção e a reparação dos danos causados por eventos climáticos à infraestrutura urbana, com o objetivo de mitigar os possíveis danos à população, no todo ou em parte.

3.3 Para atender às demandas de fiscalização e promover ações de prevenção no município, faz-se necessário a utilização de equipamentos específicos para essa finalidade, além de



registros de aspectos relevantes, sendo tal instrumento imprescindível para a realização dos trabalhos.

3.4 Assim, visando proporcionar as condições necessárias para o cumprimento das diversas atribuições dos geólogos, engenheiros e técnicos de defesa civil, se faz necessário abrir processo licitatório para a aquisição dos equipamentos, a fim de viabilizar a execução das atividades.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art.58 da lei nº 11.101/2005).

4.2 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	44.90.52-01
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	00
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	350010412200012002

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Não será necessário a apresentação de amostras, já que consta as especificações do objeto no item 2.

## 7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo. No caso de fornecedores diversos, poderá a entrega ser feita em separado por cada um dos fornecedores com prazo de entrega imediata, não superior a 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

<b>Nome do requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Defesa Civil
<b>Endereço:</b>	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e , e decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.



## **9. DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Defesa Civil, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do

Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Defesa Civil.

## 12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Luiz Carlos Pereira de Freitas	207.038	Gestor titular
Alexandre Sanglard	207.632	Gestor substituto
Maicon da Silva Figueira	199.190	Fiscal titular
Roosevelt Raphael B da Silva	100.233	Fiscal substituto

14.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

### **15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:**

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

#### **15.3.1 Advertência;**

#### **15.3.2 Multa:**

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

15.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93

## **16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **17. DA RESCISÃO**

17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Defesa Civil o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Defesa Civil.

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>Luiz Carlos Pereira de Freitas</b> Mat: 207.038	<hr/> <b>José Claudio Combat Vieira</b> Mat: 990.242

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo

---

**Evi Gomes da Silva**  
Secretário Municipal de Defesa Civil  
Matr.: 62.014